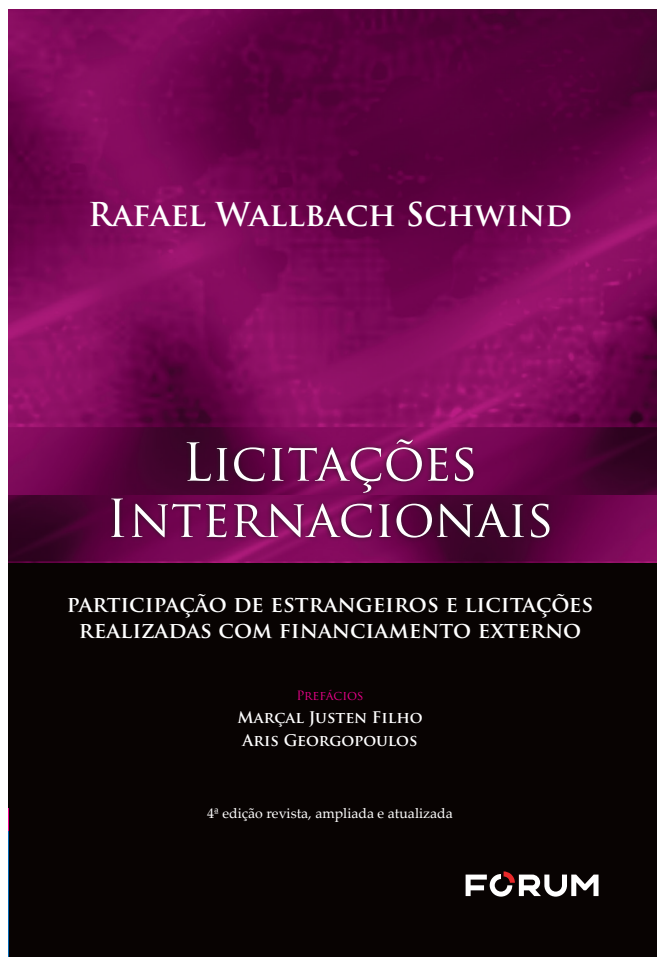




RAFAEL WALLBACH SCHWIND

Prefácios
Marçal Justen Filho
Aris Georgopoulos

LICITAÇÕES INTERNACIONAIS

PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS E LICITAÇÕES REALIZADAS COM FINANCIAMENTO EXTERNO

4ª edição revista, ampliada e atualizada

Este livro, agora em sua quarta edição, revista, atualizada e ampliada, é um denso e atualizado estudo sobre as licitações internacionais. Examina as peculiaridades da participação de estrangeiros em licitações públicas e os procedimentos licitatórios que contam com financiamento de organismos internacionais. Analisa também as regras editadas pelo BID, pelo Banco Mundial e pelo PNUD sobre licitações e contratos. Foi ainda incluído um novo capítulo sobre o Acordo de Compras Governamentais da OMC e seus possíveis impactos nas licitações realizadas no Brasil.

“O resultado é um livro dotado de dupla virtude. Por um lado, o autor não descarta a dimensão teórica do tratamento da matéria. [...] Mas a obra não deixa de considerar as questões práticas envolvidas nos casos concretos, inclusive apontando a jurisprudência dos Tribunais e do TCU. [...] Todos esses atributos tornam o livro de Rafael Wallbach Schwind uma obra de consulta indispensável e uma colaboração marcante para o progresso da doutrina brasileira atinente às licitações.”

Marçal Justen Filho

(continua)

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITO INTERNACIONAL,
DIREITO PÚBLICO

Público-alvo/consumidores

Advogados, magistrados, procuradores, promotores,
membros dos Tribunais de Contas e órgãos de controle,
administradores públicos em geral

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3932

S415l

Schwind, Rafael Wallbach

Licitações internacionais: participação de estrangeiros e licitações realizadas com financiamento externo / Rafael Wallbach Schwind. -- 4. ed. --. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

362p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN 978-65-5518-991-9

ISBN digital 978-65-5518-993-3

1. Direito administrativo. 2. Licitações. 3. Licitações internacionais. 4. Contratos administrativos. 5. Estrangeiros. I. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SCHWIND, Rafael Wallbach. Licitações internacionais: participação de estrangeiros e licitações realizadas com financiamento externo. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 362 p. ISBN 978-65-5518-991-9.

“The timing for publishing the present volume could not have been better. The book puts the Brazilian government procurement legislation in its wider context, analyses the features of the new law, explains the improvements introduced by the latter and identifies the areas where tensions still exist between the Brazilian government procurement rules and the GPA regulatory framework. Rafael Wallbach Schwind uses his extensive knowledge as legal practitioner, arbitrator, but also as prolific academic writer, to shed light to these important aspects which will inform and affect the negotiation agenda.”

Aris Georgopoulos

RAFAEL WALLBACH SCHWIND

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. *Fellow* do *Chartered Institute of Arbitrators – Ciarb*. *Visiting Scholar* na Universidade de Nottingham (2016). Advogado e Consultor em direito público e da infraestrutura. Árbitro listado em diversas instituições arbitrais.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO	
Dr. Aris Georgopoulos	19
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Marçal Justen Filho	23
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	27
NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO.....	29
NOTA À QUARTA EDIÇÃO	31
INTRODUÇÃO	33
CAPÍTULO 1	
CARACTERIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS E PLANO DE EXPOSIÇÃO.....	37
1.1 Explicação prévia.....	37
1.2 Ausência de conceituação na legislação que precedeu a Lei nº 14.133.....	37
1.3 A definição pelas normas que regem o <i>drawback</i>	39
1.4 Possíveis critérios caracterizadores da licitação internacional prévios à Lei nº 14.133	40
1.4.1 Realização no exterior	41
1.4.2 Divulgação no exterior.....	41
1.4.3 Recursos de fonte externa.....	42
1.4.4 Participação de estrangeiros.....	43
1.4.5 Desnecessidade de os estrangeiros terem autorização para funcionamento no Brasil	44
1.5 A positivação do conceito de licitação internacional pela Lei nº 14.133	44
1.5.1 Processamento em território nacional	45
1.5.2 Admissão da participação de estrangeiros	46
1.5.3 A questão da autorização para funcionamento no Brasil	46
1.5.4 A possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira.....	48
1.5.5 Execução total ou parcial do objeto no exterior	49
1.5.6 A superação de entendimentos anteriores.....	50
1.6 A sistematização da matéria	50
1.7 Plano de exposição.....	51
CAPÍTULO 2	
PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS EM LICITAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL	
55	
2.1 Explicação prévia.....	55
2.2 A participação de estrangeiros e o princípio da isonomia	56
2.2.1 O princípio da isonomia: noção geral.....	56
2.2.2 A licitação como procedimento essencialmente discriminatório ..	57
2.2.3 A isonomia e a participação de estrangeiros	58
2.2.3.1 Regra geral: possibilidade de participação de estrangeiros	58
2.2.3.2 Atividades restritas a brasileiros	60
2.2.3.3 Tratamento isonômico entre nacionais e estrangeiros	60
2.2.3.4 A questão da adesão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais da OMC.....	62
2.2.3.5 A questão do domicílio no Brasil	62
2.2.3.6 Participação de licitantes nacionais e financiamento estrangeiro....	63
2.2.4 Exceções legais: a proteção da indústria brasileira e o fomento ao desenvolvimento nacional	63
2.2.4.1 Exceções previstas na Lei nº 14.133.....	63
2.2.4.2 A Lei nº 12.598 e as contratações no setor de defesa	66

2.2.4.3	Considerações críticas.....	69
2.3	As práticas de compensação (<i>offset</i>)	69
2.3.1	Esclarecimento de ordem terminológica.....	70
2.3.2	O <i>offset</i> como medida de fomento nas contratações públicas	70
2.3.3	Tipos de compensação	73
2.3.4	Modalidades de compensação.....	74
2.3.5	Casos concretos	75
2.3.6	Considerações sobre as medidas de compensação nas contratações públicas	78
2.3.6.1	Medidas de compensação e a elevação do custo das contratações públicas	79
2.3.6.2	Medidas de compensação e licitação	79
2.3.6.3	Medidas de compensação e negociação	80
2.3.6.4	O controle das medidas de compensação	80
2.3.6.5	Medidas de compensação e benefício a empresas privadas.....	81
2.4	Ainda a distinção entre licitações nacionais e internacionais e a participação de estrangeiros.....	82
2.5	Requisitos para a participação de licitantes estrangeiros	83
2.5.1	A questão da autorização para funcionamento no Brasil	84
2.5.1.1	O tratamento do tema pela Lei nº 8.666.....	84
2.5.1.2	O tratamento do tema pela Lei nº 14.133.....	84
2.5.1.3	A disciplina legal para obtenção de autorização de funcionamento	85
2.5.1.4	O critério para definição da necessidade de autorização: “funcionamento” no Brasil.....	86
2.5.1.5	A participação de empresa estrangeira em consórcio que será convertido em sociedade de propósito específico	88
2.5.1.6	Momento de comprovação da autorização governamental	90
2.5.2	A apresentação de documentos produzidos no exterior	92
2.5.2.1	A aplicação da lei do domicílio da pessoa jurídica.....	92
2.5.2.2	A tradução dos documentos produzidos no exterior.....	94
2.5.2.3	A apresentação de documentos “equivalentes”	95
2.5.2.4	A apresentação de atestados e “outros documentos hábeis”	101
2.5.2.5	A regularidade fiscal do licitante estrangeiro.....	102
2.5.2.6	A questão do registro perante a entidade profissional competente.....	102
2.5.2.7	O abrandamento das exigências e a necessidade de o licitante estrangeiro demonstrar a sua qualificação.....	103
2.5.3	A existência de representação legal no Brasil.....	103
2.5.3.1	A representação legal no Brasil	103
2.5.3.2	A ausência de previsão de representação no Brasil na Lei nº 14.133.....	104
2.5.3.3	A formatação jurídica da representação.....	105
2.5.3.4	Os poderes e as responsabilidades do representante legal	105
2.5.3.5	O prazo da representação.....	106
2.5.3.6	O momento de comprovação da representação	106
2.5.4	A participação de empresa estrangeira em consórcio.....	107
2.5.4.1	Possibilidade de consórcio	107
2.5.4.2	A questão da liderança.....	107
2.6	O processamento da licitação com a participação de empresas estrangeiras	109
2.6.1	A cotação de preços em moeda estrangeira.....	109
2.6.2	A fixação de condições equivalentes de pagamento	110
2.6.3	conversão da moeda para pagamento.....	110
2.6.4	As garantias de pagamento ao vencedor	111
2.6.5	A previsão dos gravames incidentes sobre os preços e a superação da ideia de “equalização das propostas”	111
2.6.5.1	O entendimento pretérito de parcela da doutrina	111
2.6.5.2	A equalização das propostas: parâmetros para a sua compreensão.....	112
2.6.5.2.1	Objetivo da norma: proteção dos licitantes brasileiros e regra de isonomia	112
2.6.5.2.2	Impossibilidade de simular a “carga tributária brasileira”	113
2.6.5.2.3	Possibilidade de empregar mecanismos de elisão fiscal.....	114
2.6.5.2.4	Os tributos incidentes sobre os licitantes estrangeiros.....	114
2.6.5.2.5	A dificuldade de comparação	115
2.6.5.2.6	A busca pela proposta mais vantajosa.....	116
2.6.5.3	A correta compreensão da equalização das propostas	116
2.6.5.3.1	A geração de despesa adicional à Administração pela contratação do estrangeiro	116
2.6.5.3.2	Rejeição da tese do afastamento da previsão legal.....	118

2.6.5.4	O correto posicionamento do TCU	119
2.6.5.5	O tratamento do tema na Lei nº 14.133.....	123
2.7	Participação de empresas sediadas em paraísos fiscais	124
2.7.1	Possibilidade de participação em licitações.....	124
2.7.2	Ainda a questão da equalização das propostas.....	126
2.7.3	A questão da indicação da composição societária.....	126

CAPÍTULO 3

ASPECTOS GERAIS DAS LICITAÇÕES FINANCIADAS POR ORGANISMOS

INTERNACIONAIS.....	129
3.1	Explicação prévia 129
3.2	A previsão do §3º do artigo 1º da Lei nº 14.133..... 129
3.3	Os fundamentos para a aplicação de atos internacionais ou regras editadas por organismos financiadores 131
3.3.1	Fundamentos para a aplicação das regras contidas em acordos internacionais 131
3.3.2	Fundamentos para a aplicação de regras editadas por organismo internacional..... 134
3.3.3	A relevância prática da compreensão desses fundamentos 136
3.4	Pressupostos para a aplicação das regras previstas em atos internacionais ou editadas por organismos internacionais 140
3.4.1	Ressalvas prévias 141
3.4.1.1	Inexistência de afastamento completo da Lei nº 14.133: a diversidade de matérias tratadas pela lei e a impossibilidade de afastamento do regime jurídico administrativo..... 141
3.4.1.2	O objeto das licitações realizadas de acordo com atos internacionais ou regras de organismo internacional: a questão das concessões e parcerias público-privadas 145
3.4.1.3	A celebração de memorandos de entendimentos entre a Administração Pública brasileira e o organismo internacional financiador 148
3.4.2	Primeiro pressuposto: existência de recursos de origem estrangeira..... 149
3.4.2.1	A questão da aplicação de recursos apenas parcialmente originários de fonte estrangeira..... 150
3.4.2.2	Inaplicabilidade às situações de mera intermediação de recursos nacionais..... 153
3.4.2.3	A questão da contrapartida pela Administração nacional em contratação apartada..... 157
3.4.2.4	A hipótese do financiamento internacional retroativo..... 159
3.4.2.4.1	A questão da previsão de recursos orçamentários 159
3.4.2.4.2	A questão do procedimento aplicável: aproveitamento dos atos praticados? 161
3.4.2.4.3	A necessidade de observância dos direitos do contratado..... 163
3.4.3	Segundo pressuposto: condição essencial imposta pelo organismo internacional para o repasse dos recursos..... 167
3.4.4	Terceiro pressuposto: compatibilização com os princípios constitucionais em vigor..... 168
3.4.4.1	A questão do julgamento objetivo..... 170
3.4.4.2	O financiamento de recursos e os reflexos sobre os cofres públicos 171
3.4.4.3	A natureza dos recursos obtidos mediante doação e os princípios básicos das licitações 173
3.4.4.4	A soberania nacional e a indisponibilidade dos interesses fundamentais..... 174
3.4.5	Quarto pressuposto: indicação no contrato de empréstimo ou doação 175
3.4.5.1	Indicação de modo claro, preciso e objetivo 175
3.4.5.2	Vedação à criação de competências discricionárias..... 175
3.4.5.3	Possibilidade de remeter o tema ao regulamento do órgão financiador ou doador..... 176
3.4.6	Quinto pressuposto: parecer favorável do órgão jurídico do contratante do financiamento antes da celebração do contrato 176
3.4.6.1	A previsão genérica de pareceres jurídicos (artigo 53) 176
3.4.6.2	A questão do parecer jurídico “favorável” 176
3.4.6.3	O objeto do parecer jurídico..... 177
3.4.6.4	Requisitos do parecer jurídico 177
3.4.6.5	A questão da responsabilização do parecerista 178
3.4.7	Necessidade de comprovação dos pressupostos 178

3.4.8	O controle sobre as modificações aplicadas.....	179
3.4.9	Ainda a ausência de afastamento total da Lei nº 14.133	180
3.5	O conteúdo das modificações que podem ser admitidas	181
3.5.1	Definição objetiva das regras que orientam a licitação	181
3.5.2	Casuística	181
3.5.2.1	Critérios de julgamento diferenciados	182
3.5.2.2	Modificações procedimentais	183
3.5.2.3	Requisitos de qualificação	184
3.5.2.4	Negociação de preços e outras condições da proposta	189
3.6	Outras regras da Lei nº 14.133 aplicáveis a licitações financiadas por organismos internacionais	192
3.6.1	Foro competente para a resolução de controvérsias.....	192
3.6.2	Penalidade aplicada por organismo internacional e impossibilidade de o licitante participar de novos certames	192
3.7	A revogação e a anulação da licitação realizada com recursos internacionais	193
3.7.1	A possibilidade de revogação da licitação em virtude da perda do financiamento.....	194
3.7.2	A questão do aproveitamento dos atos praticados.....	194
3.7.3	Necessidade de observância do contraditório prévio	195
3.7.4	Possibilidade de questionamento do ato praticado pelo organismo internacional	195
3.8	Figuras contratuais de utilização frequente em contratos com financiamento internacional	196
3.8.1	Os <i>dispute boards</i>	196
3.8.2	Os modelos contratuais FIDIC.....	200

CAPÍTULO 4

A ATUAÇÃO DO ENTE FINANCIADOR E AS QUESTÕES PROCESSUAIS

SUBJACENTES.....	203
4.1	Ressalva prévia..... 203
4.2	A atuação do organismo internacional financiador 203
4.2.1	Aprovação dos termos do instrumento convocatório 204
4.2.2	O exame de ofício dos atos praticados (“não objeções”) 204
4.2.3	Decisão de reclamações e protestos 205
4.2.4	Fiscalização da aplicação dos recursos 205
4.2.5	Legitimidade processual dos entes financiadores 205
4.3	Questões processuais peculiares às licitações financiadas por organismos internacionais..... 209
4.3.1	A competência da Justiça Federal 210
4.3.2	A competência recursal do Superior Tribunal de Justiça como órgão de segundo grau de jurisdição..... 210
4.3.3	A competência do presidente do Superior Tribunal de Justiça para a apreciação de pedidos de suspensão de liminar 213
4.3.4	O cabimento de reclamação para a preservação de competência do Superior Tribunal de Justiça..... 214

CAPÍTULO 5

LICITAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DO BID E DO BIRD (BANCO

MUNDIAL).....	215	
5.1	Explicação prévia.....	215
5.2	A atuação do BID e do BIRD.....	216
5.2.1	O BID.....	216
5.2.2	O BIRD.....	217
5.3	A dualidade de regimes: obras, serviços e bens vs. seleção e contratação de consultores.....	218
5.4	Regras gerais aplicadas à contratação de consultores e à aquisição de bens, obras e serviços.....	219
5.4.1	Âmbito de aplicação das Políticas: financiamento total ou parcial e financiamento retroativo.....	219
5.4.2	Responsabilidade pela condução dos projetos.....	220
5.4.3	Orientações gerais para a condução dos projetos.....	221
5.4.4	Limitação das exigências.....	222
5.4.5	Elegibilidade.....	223
5.4.6	Participação de consórcios.....	224
5.4.7	Práticas proibidas e os efeitos das sanções aplicadas pelo ente financiador.....	225
5.4.8	O plano de aquisições.....	227
5.4.9	A revisão pelo BID e pelo BIRD.....	227

5.4.10	A previsão de preferências nacionais.....	228
5.5	As modalidades licitatórias e os tipos contratuais aplicáveis à aquisição de bens e à contratação de obras.....	228
5.6	O procedimento geral das licitações	237
5.6.1	A publicidade das licitações.....	237
5.6.2	A pré-qualificação.....	237
5.6.3	O edital da licitação	237
5.6.4	As propostas	238
5.6.5	A abertura e o exame das propostas	240
5.6.6	A pós-qualificação	241
5.6.7	A decisão acerca das propostas, a “não objeção” e a adjudicação	242
5.6.8	A possibilidade de impugnação da decisão	242
5.6.9	Os demais procedimentos licitatórios e o de contratação direta.....	242
5.7	As modalidades licitatórias aplicáveis à seleção e contratação de consultores.....	243
5.7.1	A Seleção Baseada na Qualidade e Custo	244
5.7.1.1	Elaboração dos Termos de Referência (TDR).....	245
5.7.1.2	Estimativa de custo (orçamento)	245
5.7.1.3	Publicidade	246
5.7.1.4	A lista curta de consultores	246
5.7.1.5	A solicitação de propostas.....	247
5.7.1.6	Recebimento das propostas.....	248
5.7.1.7	Avaliação das propostas técnicas	249
5.7.1.8	Avaliação das propostas financeiras	251
5.7.1.9	Definição da proposta vencedora e negociação	251
5.7.1.10	Negociação frustrada e propostas inaceitáveis	253
5.7.1.11	Adjudicação e publicidade do resultado final.....	253
5.7.2	As variações procedimentais.....	254
5.7.2.1	Seleção Baseada na Qualidade.....	254
5.7.2.2	Seleção com Orçamento Fixo	255
5.7.2.3	Seleção Baseada no Menor Custo	256
5.7.2.4	Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor.....	256
5.7.2.5	Contratação direta	257
5.8	A revisão do procedimento licitatório pelo BID e pelo BIRD e a formulação de protestos pelos licitantes	258
5.8.1	Revisão do planejamento da contratação	259
5.8.2	Revisão do certame e do contrato	259
5.8.2.1	Revisão <i>ex ante</i> (ou revisão prévia)	259
5.8.2.2	Revisão <i>ex post</i> (ou revisão posterior).....	261
5.8.3	A apresentação de protestos e reclamações pelos licitantes.....	262

CAPÍTULO 6

LICITAÇÕES REALIZADAS COM PARTICIPAÇÃO DO PNUD... 265

6.1	Explicação prévia.....	265
6.2	O contexto institucional e legal do PNUD	266
6.2.1	Criação e objetivos do PNUD	266
6.2.2	O PNUD no contexto da ONU.....	267
6.2.3	Instrumentos de definição da atuação do PNUD	268
6.2.4	Atuação do PNUD no Brasil.....	269
6.3	As parcerias entre o Estado Brasileiro e o PNUD	270
6.3.1	As fontes de recursos do PNUD	270
6.3.2	Modalidades de execução de projetos	270
6.3.2.1	A execução direta.....	271
6.3.2.2	A execução nacional	271
6.3.3	Formação, condução e monitoramento das parcerias na modalidade de execução nacional.....	271
6.3.3.1	A formação da parceria para execução nacional.....	271
6.3.3.1.1	A Assistência Preparatória (AP)	272
6.3.3.1.2	O Documento de Projeto (PRODOC)	273
6.3.3.1.3	A Autorização de Adiantamento (AA)	273
6.3.3.1.4	Duração dos projetos.....	273
6.3.3.1.5	Modificações dos documentos de parceria	274
6.3.3.2	A execução do projeto	274
6.3.3.2.1	A atuação do PNUD	274
6.3.3.2.2	A atuação da entidade executora nacional	274
6.3.3.2.3	A participação de outras entidades (agências implementadoras)	275
6.3.3.3	O monitoramento dos projetos.....	275

6.4	As licitações realizadas com participação do PNUD	276
6.4.1	Definição das normas aplicáveis	276
6.4.2	As licitações realizadas segundo o Manual de Convergência de Normas Licitatórias.....	279
6.4.2.1	As modalidades licitatórias.....	279
6.4.2.1.1	Solicitação de cotação.....	280
6.4.2.1.2	Solicitação de propostas.....	283
6.4.2.1.3	Concorrência.....	285
6.4.2.1.4	A inclusão do pregão e do registro de preços em Adendo ao Manual de Convergência.....	286
6.4.2.2	A fase interna das licitações	290
6.4.2.2.1	O planejamento das aquisições.....	290
6.4.2.2.2	Postulados para a otimização dos recursos	291
6.4.2.2.3	Especificações técnicas nas compras de bens	293
6.4.2.2.4	Os Termos de Referência (TOR) nas contratações de serviços técnicos profissionais.....	294
6.4.2.2.5	Os projetos nas licitações de obras e serviços.....	294
6.4.2.2.6	Habilitação e registro dos licitantes	296
6.4.2.2.7	Documentação e procedimento das licitações.....	304
6.4.2.3	Exceções ao procedimento licitatório.....	316
6.4.2.3.1	Princípios gerais.....	316
6.4.2.3.2	A dispensa de licitação.....	318
6.4.2.3.3	A inexigibilidade de licitação.....	320
6.5	Formalização dos contratos.....	321
6.5.1	Assinatura do contrato.....	321
6.5.2	Garantia de execução do contrato	322
6.5.3	Aditamentos contratuais	322
6.5.4	Fiscalização dos contratos	323
6.6	Pagamentos ao contratado	323
6.6.1	Momento de realização dos pagamentos	323
6.6.2	Adiantamentos e parcelamentos	324

CAPÍTULO 7

ACORDO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA OMC

(GPA)		325
7.1	Explicação prévia	325
7.2	Considerações iniciais sobre o Acordo de Compras Governamentais (GPA) da OMC	326
7.2.1	O GPA como acordo plurilateral	326
7.2.2	Breve histórico do GPA.....	327
7.2.3	O objetivo do GPA	329
7.2.4	O processo de acesso ao GPA e o regime de cobertura negociada	330
7.2.5	Conteúdo geral do compromisso de abertura mútua dos mercados de contratações públicas	331
7.2.6	Os componentes do GPA: texto do Acordo e listas de compromissos de cobertura	332
7.3	O conteúdo do GPA.....	333
7.3.1	A cobertura do GPA	333
7.3.2	Os princípios gerais do GPA.....	335
7.3.2.1	O princípio da não discriminação	335
7.3.3.1.1	Conteúdo básico.....	335
7.3.3.1.2	Regras procedimentais para garantir a não discriminação	336
7.3.2.2	O uso de meios eletrônicos	337
7.3.2.3	A condução dos procedimentos de contratação	338
7.3.3	Condições especiais para países em desenvolvimento.....	339
7.3.3.1	A regra geral: considerar as necessidades dos países em desenvolvimento.....	339
7.3.3.2	Concessão de tratamento mais favorável.....	340
7.3.3.2.1	Preferências de preço.....	340
7.3.3.2.2	Offsets	341
7.3.3.2.3	Estabelecimento de fases na adesão.....	341
7.3.3.2.4	Limites mínimos de valor (<i>thresholds</i>) provisórios.....	342
7.3.3.3	Previsão das medidas excepcionais e o papel do Comitê de Compras Governamentais.....	342
7.3.4	Publicação e conteúdo dos editais.....	342
7.3.5	Condições de participação.....	343
7.3.6	Sistema de qualificação de fornecedores.....	344
7.3.7	Prazos mínimos.....	344
7.3.8	Métodos de seleção	345

7.3.8.1	<i>Open tendering</i>	345
7.3.8.2	<i>Selective tendering</i>	345
7.3.8.3	<i>Limited tendering</i>	345
7.3.8.4	A manutenção dos métodos nacionais de seleção	346
7.3.9	Procedimentos de revisão doméstica.....	346
7.3.10	A administração do GPA: o Comitê de Compras Governamentais	347
7.4	A harmonização legislativa e o caso do Brasil.....	348
7.4.1	A exigência de harmonização no GPA	348
7.4.2	Os objetivos buscados com a harmonização.....	348
7.4.3	Harmonização, uniformização e soberania	348
7.4.4	O caso brasileiro: pontos sensíveis de harmonização	350
7.4.4.1	Nacionalidade como regra de desempate.....	350
7.4.4.2	Margens de preferência.....	351
7.4.4.3	Prazos mínimos.....	351
7.4.4.4	Métodos de seleção.....	352
7.4.4.5	Procedimentos de controle e revisão dos atos tomados	352
7.4.4.6	Conclusão final acerca da harmonização	353
REFERÊNCIAS		355